

Brasília-DF, 24 de abril de 2026

## DIÁLOGOS DIAP debate cenário eleitoral de 2026



### Encontro virtual será realizado em 15 de maio e reunirá filiados para analisar tendências políticas e os impactos das eleições gerais

O ano de 2026 será marcado por uma das mais importantes disputas políticas do país. Nas eleições gerais, os brasileiros irão às urnas para escolher presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais, no caso do Distrito Federal.

Diante desse cenário de grande relevância nacional, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) promoverá, no dia 15 de maio, o evento DIÁLOGOS DIAP VIRTUAL, voltado aos filiados da entidade.

A iniciativa tem como objetivo debater, com base em dados e análises, o momento eleitoral brasileiro, além de apresentar perspectivas para os próximos anos após o resultado das urnas. O encontro também buscará ouvir e discutir as principais demandas dos trabalhadores dos setores público e privado, temas centrais para o debate democrático.

Segundo o DIAP, compreender o processo eleitoral e seus reflexos sobre o mundo do trabalho é essencial para ampliar a participação cidadã e contribuir para escolhas mais conscientes por parte da sociedade.

O evento será realizado de forma virtual, das 10h às 12h. O link de acesso à plataforma será encaminhado aos inscritos por meio de aplicativo de WhatsApp.

#### Serviço

**Evento:** DIÁLOGOS DIAP

**Data:** 15 de maio

**Horário:** 10h às 12h

**Local:** Plataforma virtual (link enviado aos inscritos via WhatsApp)

#### Inscreva-se e participe!

[https://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_rsform&formId=9](https://www.diap.org.br/index.php?option=com_rsform&formId=9)

Fonte: Diap

## Dirigente da Nova Central toma posse como deputado estadual em Mato Grosso



A posse de **Dejamir Souza** como deputado estadual, realizada nesta quarta-feira (22), na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, reforça a presença do movimento sindical no parlamento. Secretário Nacional do Plano dos Trabalhadores na Saúde da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), ele assume o mandato levando a pauta da classe trabalhadora, com destaque para a área da saúde e a enfermagem.



Nas primeiras agendas, o parlamentar participou de reunião com o secretário estadual de Saúde para tratar das demandas dos servidores do Samu, defendendo o diálogo e a construção de soluções para a categoria.

A presidente da NCST, Sônia Zerino, destacou a importância do momento e o compromisso com a agenda sindical. "Meu nobre companheiro, que orgulho ver você assumindo essa nova missão como deputado estadual. Sei da sua trajetória de luta, sua garra, honestidade e compromisso. Tenho certeza de que fará um mandato brilhante, levando a voz do povo para a Assembleia. Conte sempre com nosso apoio nessa jornada. Parabéns e sucesso", afirmou.

**Brasília-DF, 24 de abril de 2026**

Dejimir, por sua vez, reafirmou o compromisso com as bandeiras da Nova Central.



A chegada do dirigente ao Legislativo amplia a representação dos trabalhadores no estado e fortalece a interlocução da entidade com o poder público.

Fonte: NCST

## Lula prevê judicialização caso desoneração seja incluída em fim da 6x1

*Presidente avisou equipe econômica que não quer debate sobre compensação ao setor de serviços em proposta de mudança em escala de trabalho*



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva  
Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) caso o Congresso Nacional inclua uma desoneração a setores econômicos como compensação ao fim da escala 6x1.

Os partidos de centro e de direita têm defendido que o benefício fiscal seja incluído na PEC (Proposta de

Emenda à Constituição) sobre a redução da jornada de trabalho.

A proposta, já que é promulgada pelo Congresso Nacional, não passa pelo presidente para sanção ou veto, o que gera receio no Palácio do Planalto sobre o formato final.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse à CNN que descarta uma compensação na folha de pagamento. O mesmo tem sido repetido a integrantes da base governista.

Em 2024, a Suprema Corte suspendeu a legislação que prorrogou a desoneração da folha de pagamentos até 2027. O argumento foi de que faltava estudo de impacto financeiro.

Após negociações, foi definida uma reoneração gradual a partir de 2025, com o objetivo de retornar a 20% até 2027.

Nos bastidores, porém, integrantes do governo já começam a admitir a possibilidade de uma regra de transição, com uma redução anual da carga de trabalho de 44 para 40 horas mensais.

O governo federal trabalha com um horizonte de, no máximo, dois anos de transição, ou seja, redução de duas horas em 2027, para 42 horas mensais, chegando a 40 horas mensais a partir de janeiro de 2028.

Fonte: CNN Brasil

## Saúde emocional passa a integrar norma de segurança do trabalho

*Atualização da NR-1 torna obrigatória a avaliação de riscos psicossociais nas empresas a partir de maio*



*Saúde emocional é agora obrigatória nas normas de segurança do trabalho. Descubra as novas diretrizes e seus impactos.*

A saúde emocional dos trabalhadores passou a integrar, de forma obrigatória, as normas de segurança e saúde no trabalho no Brasil. Em maio de 2025, o governo federal atualizou a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), determinando que empresas incluam a avaliação de riscos emocionais e psicossociais em suas rotinas. As novas regras entram em vigor em maio deste ano.

A medida ocorre em um cenário de crescente adoecimento mental relacionado ao trabalho. Dados do Ministério da Previdência Social e do INSS indicam

**Brasília-DF, 24 de abril de 2026**

que, em 2025, quase meio milhão de afastamentos foram registrados por transtornos mentais, principalmente ansiedade e depressão. As informações foram divulgadas pela Agência Brasil, em matéria de João Barbosa.

Entre os quadros mais comuns está a Síndrome de Burnout, caracterizada por esgotamento físico, emocional e mental, além de irritabilidade, queda de rendimento, lapsos de memória e sensação constante de incapacidade.

Casos concretos ajudam a dimensionar o problema. A médica dermatologista Paula Sian relata que desenvolveu sintomas graves após vivenciar um ambiente de trabalho marcado por assédio e pressão constante.

“Ela gritava, humilhava, diminuía. Só reclamava e nunca era clara nas demandas. Dois dias antes de um ataque de pânico, perguntei se ela tinha noção de que todo mundo estava chorando na frente do computador. Era pandemia, estávamos em home office, e havia gente com insônia, em terapia e tomando remédio para dormir”, contou.

Segundo Paula, os efeitos do estresse foram progressivos.

“Eu já tinha insônia, dor de cabeça, o coração disparava do nada. Suava mesmo em repouso, tinha gastrite, esquecia das coisas. O ataque de pânico foi a cereja do bolo. Aconteceu num domingo, só de pensar em ouvir a voz da minha chefe na segunda-feira.”

### **Mudança exige prevenção nas empresas**

Com a atualização da NR-1, as empresas passam a ter a obrigação de identificar fatores que possam causar adoecimento emocional, como excesso de cobranças, metas irreais, lideranças despreparadas e ambientes tóxicos.

A especialista em psicologia organizacional Daniele Caetano explica que, além do diagnóstico, será necessário adotar medidas preventivas.

“As empresas deverão investir em treinamentos, orientação para lideranças e programas de saúde mental, criando um ambiente de trabalho mais saudável.”

Além de atender à legislação, o cuidado com a saúde emocional impacta diretamente a produtividade. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que cerca de 12 bilhões de dias úteis são perdidos anualmente no mundo devido à ansiedade e à

depressão, gerando prejuízo estimado em US\$ 1 trilhão.

Para Daniele, ignorar o problema traz consequências. “Empresas que não cuidam disso têm mais afastamentos, mais demissões, mais processos e menos produtividade. Ou seja, não agir sai muito mais caro.”

Em casos de sintomas de estresse, esgotamento físico, mental ou emocional, a recomendação é buscar atendimento médico e apoio especializado.

### **Reivindicação sindical**

Nesse contexto, o tema da saúde mental tem ganhado espaço crescente na atuação sindical. Diversos sindicatos já passaram a incluir o assunto nos debates cotidianos com a base e nas negociações coletivas, buscando estabelecer cláusulas que garantam ambientes de trabalho mais saudáveis e prevenção ao adoecimento.

A pauta também se consolida como uma reivindicação sindical, refletindo a preocupação das entidades com as novas formas de organização do trabalho e seus impactos sobre a vida dos trabalhadores.

Fonte: Rádio Peão Brasil

## **Câmara aprova Estatuto do Aprendiz com novas regras para jovens**

*A proposta reformula contratos, amplia direitos para jovens de 14 a 24 anos e busca estimular a inserção no mercado de trabalho.*



*Proposta relatada pela deputada Flávia Morais (PDT-GO) cria novo marco legal para contratação de jovens aprendizes no país.  
Bruno Spada/Câmara dos Deputados*

A Câmara dos Deputados aprovou nessa quarta-feira (22) o projeto de lei 6161/2019 que cria o Estatuto do Aprendiz, estabelecendo um novo marco para a contratação e formação profissional de jovens no país. A proposta segue agora para análise do Senado.

O texto reformula regras do contrato de aprendizagem



Brasília-DF, 24 de abril de 2026

e amplia direitos para o público-alvo, formado por jovens de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência. A matéria é de autoria do ex-deputado André de Paula e foi aprovada na forma de um substitutivo apresentado pela deputada Flávia Morais (PDT-GO).

### Direitos ampliados e novas regras de contratação

O estatuto explicita direitos dos aprendizes já previstos na CLT, como o vale-transporte, e amplia garantias. Entre elas, está a estabilidade para gestantes, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, com possibilidade de prorrogação do contrato nesse período.

Em caso de acidente de trabalho, o texto assegura a manutenção do emprego por 12 meses após o fim do auxílio. Já as férias de menores de 18 anos deverão, preferencialmente, coincidir com o calendário escolar.

A proposta também trata de situações como afastamento para serviço militar ou participação em júri, prevendo a reposição das atividades do curso de aprendizagem. Além disso, estabelece que a remuneração do aprendiz não será considerada no cálculo da renda familiar para acesso ao Bolsa Família.

Outro ponto é a flexibilização das regras de contratação. Microempresas, empresas de pequeno porte e categorias específicas, como empregadores rurais e órgãos públicos com regime estatutário, poderão contratar aprendizes de forma facultativa.

O texto ainda permite que empresas que comprovarem a impossibilidade de oferecer atividades práticas deixem, temporariamente, de contratar aprendizes. Nesses casos, deverão contribuir com R\$ 1,5 mil mensais por vaga não preenchida para a Conta Especial da Aprendizagem Profissional, vinculada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

### Impacto entre jovens

Segundo a relatora, o estatuto busca fortalecer a política de aprendizagem como ferramenta de inclusão social e combate ao trabalho infantil. Dados do IBGE citados no debate mostram que 22,3% dos jovens entre 15 e 29 anos no Brasil não estudam nem trabalham.

Para o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a aprovação do projeto representa um avanço na inserção da juventude no mercado de trabalho. Ele destacou que a proposta foi alvo de intensa articulação política antes de ser votada em plenário.

[Leia a íntegra da proposta.](#)

Fonte: Congresso em Foco

## Motta quer avançar votação das propostas que acabam com a escala 6x1 com equilíbrio

*Presidente da Câmara disse que pretende criar comissão especial rapidamente e levar o tema ao Plenário em maio*

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que pretende avançar rapidamente a votação das propostas que acabam com a escala 6x1, mas com equilíbrio e

responsabilidade.

Motta comentou nas redes sociais a importância da aprovação da admissibilidade das propostas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania nesta quarta-feira (22). Ele disse ainda que pretende criar a comissão especial o mais rapidamente possível.

“É mais um passo para levar ao Plenário ainda em maio. A Câmara dos Deputados é a casa do diálogo do povo brasileiro”, postou o presidente.

Fonte: Agência Câmara

1º CONFERÊNCIA LIVRE  
RUMO A AGENDA 2030 DA ONU

ODS  
EIXO 3  
PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E  
COMBATE ÀS DESIGUALDADES

INSCREVA-SE  
Juntos, podemos reduzir  
às desigualdades.

Dia: 12/05/2026  
Horário: 09h às 12h  
Online na Plataforma Zoom

CNTI 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO ODS Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

[Inscreva-se aqui!](#)